



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
GABINETE DO PREFEITO**



LEI 689-GAB/PREF/1999

Em, 17 de maio de 1999.

“Ratifica a doação dos n.º 01 a 20, da quadra n.º 53, do Setor 03, antiga quadra n.º 225, com 10.000 (Dez Mil Metros) quadrados, com frente para a Av. dos Seringueiros com 100 (cem) metros; pelo lado direito com Av. Antonio Correa da Costa, com 100 (cem) metros; pelo lado esquerdo com a Av. Marechal Deodoro, com 100 (cem) metros; e pelos fundos com a Av. Novo Sertão, com 100 (cem) metros, fechando um perímetro de 400 (quatrocentos) metros, feita á Companhia Brasileira de Armazenamento – CIBRAZEM, atual Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, e dá Outras Providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM, estado de Rondônia. no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Guajará-Mirim, aprovou e ele sanciona a seguinte,

“L E I”

Art. 1º - Fica o município de Guajará-Mirim, autorizado a ratificar a doação feita através do Título Definitivo de Propriedade n.º 0547, de 10 de setembro de 1987, dos lotes n.ºs 01 á 20, da quadra 53, do setor 3, desta cidade, á COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO CIBRAZEM, hoje, COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Art. 2º - Para a regularização pela interessada da área mencionada no artigo 1º desta Lei, o município de Guajará-Mirim expedirá, no prazo de quinze dias a contar da publicação da mesma, a competente autorização para escrituração.

Art. 3º - A beneficiaria deverá, no prazo máximo de trinta dias, a contar da expedição da autorização para escrituração, providenciar junto ao Cartório de Notas a competente Escritura Pública, ao Cartório de Registro de Imóveis, o devido registro da mesma.

Art. 4º - Escriturada e feito no registro da área, deverá, a beneficiaria, imediatamente, comprová-lo, através de certidão expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis, para efeito de cadastramento junto a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM, em seu órgão competente.

Art. 5º - O não cumprimento das determinações contidas nesta Lei pela beneficiaria, acarretará a anulação do Título Definitivo de Propriedade, e a reversão da área em tela ao patrimônio do município, sem qualquer obrigação, por parte deste, em indenizar aquela, a que título for.





*ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
GABINETE DO PREFEITO*



Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Perola do Mamoré, 17 de maio de 1999.

Bader Massud Jorge Badra
PREFEITO MUNICIPAL

